

**Portal *Memórias da Ditadura*:
uma subversão cartográfica sobre a memória da ditadura militar no Brasil¹**

Camila Garcia KIELING²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Em 2014 o Brasil lembrou o cinquentenário de golpe civil-militar de abril de 1964, o qual colocou o país sob uma ditadura que durou 21 anos (1964-1985). A efeméride foi o mote para várias ações de memória, entre elas o lançamento do portal *Memórias da Ditadura*, produzido pelo Instituto Vladimir Herzog em parceria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O portal apresenta os *Mapas da Ditadura*, sessão que convida o público a colaborar na composição de um mapa sobre o período de ditadura militar no Brasil. Nosso objetivo é analisar os *Mapas da Ditadura* tendo em vista a memória como um lugar social de disputa de poder e a configuração das novas tecnologias de comunicação como estratégias para a construção de narrativas virtuais alternativas.

Palavras-chave: memória; ditadura militar no Brasil; tecnologias de comunicação; redes; comunicação.

Introdução

Em 2014 o Brasil lembrou o cinquentenário de golpe civil-militar de abril de 1964, o qual mergulhou o país em uma ditadura que durou 21 anos (1964-1985). A efeméride foi o mote para várias ações de memória, em um contexto de grande inquietação política que envolveu as repercussões das manifestações de junho de 2013, os preparativos para a realização da Copa do Mundo e a proximidade das eleições presidenciais. Uma dessas ações foi o lançamento do portal *Memórias da Ditadura*, produzido pelo Instituto Vladimir Herzog em parceria com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O portal tem vocação memorial, simbólica e política, reconhecendo a importância de “conhecer o passado para entender o presente e construir o futuro” (Sobre o Projeto, 2014). Seu objetivo principal é “divulgar a História do Brasil no período de 1964 a 1985 junto ao grande público, em especial à população jovem” (Sobre o Projeto, 2014). Tendo em vista este público e as múltiplas possibilidades

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação Social no PPGCOM da PUCRS, e-mail: camila.kieling@acad.pucrs.br.

tecnológicas disponíveis, o portal reúne diversas seções e funcionalidades, com conteúdos interativos e recursos multimídia, comportando três sites interligados: o principal, um site de linha do tempo da ditadura e um site de mapas.

O lançamento do portal, a 5 de dezembro de 2014, ocorreu poucos dias antes da entrega do relatório final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 através da tomada de depoimentos, do exame de documentos e da realização de novas perícias. Em nota oficial sobre os 50 anos do golpe de 1964, a CNV reafirmou a importância da verdade e da justiça para uma “reconciliação nacional”:

A Comissão Nacional da Verdade nasceu com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período. Baseia-se na convicção de que a verdade histórica tem como objetivo não somente a afirmação da justiça, mas também preparar a reconciliação nacional, como vem assentado no seu mandato legal. Esteia-se na certeza de que o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, morte, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e sua autoria, a identificação de locais, instituições e circunstâncias relacionados à prática de violações graves de direitos humanos, constituem dever elementar da solidariedade social e imperativo da decência, reclamados pela dignidade de nosso país. Não deveria haver brasileiro algum ou instituição nacional alguma que deles se furtassem sob qualquer pretexto (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

O portal surge, assim, em um contexto de protagonismo da memória, que emerge como um direito e como um instrumento para a afirmação dos valores da justiça, da verdade e dos direitos humanos em uma agenda de transição que, no Brasil, ainda tem muito a conquistar, como afirma Moreira (2014, grifos nossos):

O Estado democrático tem o dever de usar todas as suas forças e recursos para a produção da "verdade" e o resgate da memória política. *Resgatar a memória significa ser permeável às narrativas dos sobreviventes e a elas dar o devido lugar de destaque.* Produzir a verdade significa franquear o acesso a todos os documentos públicos, colher os depoimentos dos agentes públicos e privados responsáveis e envolvidos, colher o testemunho dos sobreviventes, utilizar as arenas e palcos públicos disponíveis, dentre os quais se destacam os do âmbito criminal, para a investigação dos fatos. *É certo que produzir esta verdade, ao meu juízo, é algo muito diferente de impor uma história oficial ou de atribuir ao resultado final da investigação o status de verdade definitiva.* A academia historiográfica não irá e nem deverá

fechar-se nas interpretações construídas até este momento. *A pesquisa estará sempre em aberto, assim como também a possibilidade de novos documentos, fatos e narrativas.* Nem mesmo o relatório final da Comissão da Verdade poderá ser encarado como um ponto final neste processo. Nossa agenda de transição ainda tem muito o que vencer. As pesquisas sobre o passado são coisa do futuro em um constante processo de presentificação do passado.

Nesse processo, percebemos a relevância do acesso e da disponibilidade pública das informações para a construção de uma memória política permeável à memória dos sobreviventes (WIEVIORKA, 2006). As novas tecnologias de informação apresentam-se como meio incontornável, tanto como repositório de dados e também como matriz de um processo de objetivação e recriação da memória em rede (LÉVY, 2008). Compreendemos que as novas possibilidades tecnológicas contribuem não apenas para a flexibilização de custos e de acesso à informação, mas também, e principalmente, para a configuração de uma nova tecnologia intelectual, concebida em termos de uma *ecologia cognitiva* que desestabiliza as noções de sujeito e objeto, espaço e tempo (LÉVY, 2008).

Selecionamos para nossa análise, neste artigo, a seção *Mapas da Ditadura* do portal³, que convida a população a colaborar na composição de um mapa no qual são marcados três tipos de traços do período ditatorial no Brasil (Figura 1):

- *Resquícios da Ditadura*: lugares em que ainda é possível perceber a presença da ditadura, especialmente em homenagens a colaboradores do regime na nomenclatura de ruas, avenidas, viadutos, escolas.
- *Marcos da História*: são lugares onde ocorreram fatos importantes e que são espaços de memória.
- *Memórias da Gente*: são histórias e lembranças pessoais, gravadas em vídeo, áudio ou escritas, de fatos vividos por pessoas que não necessariamente tiveram uma participação direta, mas que foram afetadas pela ditadura.

³ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mapas-da-ditadura/>. Acesso em: 20 ago. 2015.



Figura 1: Capa da seção *Mapas da Ditadura*. Fonte: memoriasdaditadura.org.br

Aqui está em jogo a noção de memória na ótica de Lévy (2008), para quem as tecnologias intelectuais constituem (mas, evidentemente, não determinam) os modos de pensar. Nessa perspectiva, a memória vem sofrendo, desde o desenvolvimento da escrita, um processo cada vez maior de objetivação:

A partir de então [do desenvolvimento da escrita], a memória separa-se do sujeito ou da comunidade como um todo. O saber está lá: disponível, estocável, consultável, comparável. Esse tipo de memória objetiva, morta, impessoal, favorece uma preocupação que, decerto, não é totalmente nova, mas que a partir de agora irá tomar os especialistas do saber com uma acuidade peculiar: a de uma verdade independente dos sujeitos que a comunicam. A objetivação da memória separa o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva. O saber deixa de ser apenas aquilo que me é útil no dia a dia, o que me nutre e me constitui enquanto ser humano membro desta comunidade. Torna-se um objeto suscetível de análise e exame. A exigência da verdade, no sentido moderno e crítico da palavra, seria um efeito da necrose parcial da história social quando ela se vê capturada pela rede de signos tecida pela escrita (LÉVY, 2008, p. 95).

Entendemos que esse processo de objetivação, calcado cada vez mais em processos tecnológicos, compreende um importante território de disputa de poder. Nesse sentido, os *Mapas da Ditadura* concorrem como um tipo de subversão cartográfica, uma tentativa de sobrepor múltiplas virtualidades discursivas sobre um

terreno cuja representação é dominada por uma narrativa hegemônica, ainda que passadas quase três décadas da redemocratização do Brasil.

Pretendemos, assim, analisar os depoimentos, marcos e resquícios mapeados no site *Memórias da Ditadura* sob a ótica da memória constituída por meio das novas tecnologias de comunicação, a fim de compreender de que forma desenha-se este mapa alternativo das narrativas sobre o período de ditadura militar no Brasil. Para tanto, realizamos uma discussão teórica sobre o conceito de memória, passando por autores como Halbwachs (2006), Nora (1993), Pollak (1989), Casalegno (2006), Wiewiorka (2006) e Lévy (2008), estabelecendo relações entre suas perspectivas e as narrativas apresentadas pelos colaboradores da seção *Mapas da Ditadura*.

A memória entre passado, presente e futuro

Interessa-nos, no caso que analisamos, compreender de que forma as narrativas midiáticas se relacionam com a memória. Assim, faz-se necessário situar este conceito. Quando Halbwachs (2006) refere-se à memória coletiva, incluindo aí sua face institucional, a memória nacional, o faz em uma perspectiva positiva, agregadora: trata-se da memória que reforça a coesão social, a continuidade, a estabilidade. Na perspectiva de Nora (1993), esse processo é visto de forma crítica e a memória assume um papel de resistência face à natureza totalizadora da história. Em um mundo completamente historicizado, a memória seria prescindível e a dessacralização, completa: “No coração da história trabalha um criticismo destruidor da memória. A memória é sempre suspeita para a história, cuja missão é sempre a destruir e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido” (p. 9). Porém, a partir da progressiva substituição do Estado-Nação pelo Estado-Sociedade, os *lugares de memória* passam a ocupar um espaço paradoxal: nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, ou seja, é preciso organizá-los, institucionalizá-los para que não sejam varridos pela história; por outro lado, eles não precisariam existir se vivêssemos efetivamente as memórias que deles emanam.

Em um mundo de aceleração e mudança alavancadas pelos media, “o modo mesmo da percepção histórica dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (p. 8). Essa nova memória, caracterizada pelo autor como menos espontânea, mais individual e subjetiva e menos social e coletiva, apresenta uma obsessão pela

preservação material e pelo arquivamento. Por outro lado, também se democratizou, ampliando o direito ao arquivo, antes restrito às grandes famílias, à Igreja e ao Estado. Cada um é o historiador de si mesmo (p. 17); venerávamos a nós mesmos através do passado; hoje, queremos nos compreender através dele.

O homem-memória é substituído pelos *lugares de memória*, simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais:

Se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, immortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 2004, p. 22).

Nesse sentido, a memória torna-se central para a história. Pollak (1989) aponta que especialmente o trabalho da história oral contribuiu para fazer emergir as memórias dos excluídos, dos marginalizados, das minorias. São narrativas que se contrapõem à face uniformizadora e opressora da memória coletiva nacional. O autor vê a memória como disputa, interessando-se “pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (p. 4). Conecta o interesse dos pesquisadores por esses processos com o que chama de verdadeiras “batalhas da memória” ocorridas na Europa especialmente a partir dos anos 1970. Apresenta como exemplo os casos das vítimas do regime stalinista (1924-1953), dos deportados sobreviventes que retornaram à Alemanha e à Áustria depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e dos 130 mil alsacianos e lorenos recrutados e incorporados coercitivamente ao exército alemão durante esse mesmo conflito. Até poderem tornar-se legítimas, as memórias dessas vítimas foram proibidas, silenciadas, renegadas, guardadas.

A passagem do tempo colabora para que, política e pessoalmente, esse silêncio seja rompido e a memória coletiva, complexificada. O contexto social modifica-se, as testemunhas oculares confrontam-se com a iminência do desaparecimento físico e passam a manifestar o desejo de perpetuar suas lembranças. Nesse ponto, os conflitos são inevitáveis:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

Assim, Pollak (1989) propõe, em lugar da noção de memória *coletiva*, a concepção de memória *enquadrada*, ou seja, submetida a um trabalho de enquadramento construído não de forma arbitrária, mas com base em justificativas negociadas socialmente, alimentadas pela história, construídas em debates amplos, livres e democráticos: “Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência” (p. 7). Os rastros desse trabalho de enquadramento são, além da produção de discursos organizados – de historiadores, de organizações civis, de sindicatos, da mídia –, também materiais: vestígios arqueológicos, museus, memoriais, filmes, logradouros públicos.

Vemos, assim, que o plano simbólico é indissociável das disputas memoriais. Interessa-nos compreender, neste artigo, de que forma essas disputas manifestam-se no campo midiático. As perspectivas de Nora e Pollak sobre a memória são interessantes para pensar a relação dessa noção com a *comunicação* porque, no caso do primeiro, está embutida a problematização da memória como produto (também) da midiatização, fenômenos que se aproximam pela sua aptidão à metamorfose, às ramificações, às mudanças; no segundo, abre-se a perspectiva de que a memória é construção enquadrada no presente, o tempo em que atuam os meios de comunicação.

Ocorre a emergência do testemunho na transposição da noção de memória *coletiva* para memória *política*, negociada (ou disputada) socialmente. Nesse sentido, são exemplares os estudos de Wieviorka (2006) sobre o papel das testemunhas na história: a autora aponta o julgamento de Eichmann (Israel, 1961) como um ponto de virada na noção de testemunha, que passa a ser encarada, a partir dali, como portadora da história. Tal problemática, também discutida, como vimos, por Pollak (1989 e 1992), é central para a história, manifestando-se no campo através das discussões acerca da *história do presente* ou da *história do imediato* e suas relações com o jornalismo, especialmente no que diz respeito ao papel cada vez mais central dos meios de

comunicação na “transcrição, na representação e até na produção do acontecimento” (RIOUX, 1999, p. 122).

Mapas da ditadura: uma subversão cartográfica

O portal *Memórias da Ditadura* apresenta-se como “A maior referência na web sobre a ditadura militar no Brasil”. Trata-se de um espaço preocupado com a produção, compilação, organização e acessibilidade de vastos conteúdos sobre o período. Entre eles, está a seção analisada neste artigo, os *Mapas da Ditadura*, que descreveremos de forma mais detalhada a seguir.

Na subseção *Resquícios da Ditadura* estão assinalados lugares em que ainda é possível perceber a presença do regime militar, especialmente em homenagens a colaboradores na nomenclatura de ruas, avenidas, viadutos, escolas. Aqui, vemos que perduram ainda muitos desses resquícios em espaços públicos, fato que indica uma aceitação social desse tipo de homenagem. Os pontos indicados no mapa espalham-se pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste do País (Figura 1). A região com maior número de locais apontados (cinco) é a Sudeste, especialmente na cidade de São Paulo. São eles: Praça General Milton Tavares de Souza, Praça General Humberto de Souza Mello, Viaduto Trinta e Um de Março, Av. Presidente Castelo Branco e Via Elevada Presidente Arthur da Costa e Silva – Minhocão (Figura 2). Descreveremos brevemente cada um desses espaços para que se possa perceber de que forma os mapas articulam memória e territorialidade.

As páginas específicas de cada um dos locais constituem-se, basicamente, dos seguintes elementos: nome do local, pequeno texto explicativo do evento ou personagem histórico em questão, links relacionados (geralmente dois) e imagem do mapa aproximado do local (*zoom in*).

Na página sobre a Praça General Humberto de Souza Mello, o texto introdutório trata de vincular diretamente o homenageado com os crimes cometidos no período: “Humberto de Souza Mello foi comandante do 2º Exército no início da década de 1970 e sua postura fica clara em suas palavras ao delegado do DOI-Codi na ocasião: ‘Matem os terroristas, matem os carteiros que entregam suas cartas. Os familiares, os amigos, seja o que for.’”⁴ Logo, abaixo, dois links. *Saiba mais 1* leva o leitor para uma página de um especial sobre os 50 anos do golpe de 1964 do jornal *Folha de S. Paulo*, a qual

⁴ Disponível em: <http://tinyurl.com/gmekzoy>. Acesso em: 10 jul.2016.

descreve personagens do período. Erroneamente, o *link* encaminha o leitor para Ednardo D’Avila Mello, e não Humberto de Souza Mello. *Saiba mais 2* leva o leitor a uma foto dessa mesma galeria da *Folha*, agora corretamente do general. É curioso salientar que o próprio portal possui uma página sobre o general Souza Mello⁵, mas ela não está conectada com o mapa.

A página sobre a Praça General Milton Tavares de Souza, apresenta, assim como no caso anterior, um texto introdutório que explicita a participação do militar homenageado com graves violações aos direitos humanos:

O general Milton Tavares de Souza foi diretor do Centro de Informações do Exército durante o governo Médici. Nessa função, foi responsável pela política de eliminação física dos inimigos do regime. Foi também um dos principais responsáveis pela organização dos DOI-Codi em todo o Brasil e das operações Bandeirantes e Marajoara, que prepararam o terreno para o desmantelamento da Guerrilha do Araguaia.⁶

Logo abaixo, o *link Saiba mais 1* repete o erro já mencionado, conectando o leitor para a página de outro personagem na galeria publicada pela Folha. O segundo link está quebrado (a indicação é que levaria a uma página da revista *Carta Capital*).

Na página sobre o Viaduto Trinta e Um de Março, o texto introdutório refere-se à data como aquela que consolida o golpe, destacando, novamente, os crimes e arbitrariedades do regime: “O golpe militar de 31 de março de 1964 iniciou o mais longo período de interrupção democrática pelo qual passou o Brasil durante o período republicano. Qualificado pela história como ‘os anos de chumbo’, foi marcado pela cassação de direitos civis, censura à imprensa, repressão violenta das manifestações populares e assassinatos e torturas de opositores”. Trata-se de um tópico interessante, porque a própria data do golpe é motivo de disputa simbólica: apesar de os militares reivindicarem o dia 31 de março (lembrando, inclusive, a data no espaço público), o dia exato da queda de Jango é apontado por historiadores (como Marcos Antonio Silva, da USP, e Luiz Antonio Dias, da PUC-SP) como 1º de abril de 1964⁷, data considerada depreciativa pelos golpistas por ser reconhecida como o dia da mentira. Os dois *links*

⁵ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/zvathll>. Acesso em 10 jul. 2016.

⁶ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/h9ta7bw>. Acesso em: 10 jul. 2016.

⁷ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/juo9dyj>. Acesso em: 10 jun. 2016.

selecionados para essa página, no entanto, assim como o texto introdutório, não contestam a data explicitamente. O *Saiba Mais 2* leva a um texto da Empresa Brasil de Comunicação – EBC que não questiona essa informação. Já o link *Saiba Mais 1* conduz a um documentário sobre os 30 anos da anistia produzido pelo Ministério da Justiça que afirma que inicia com a narração: “A nação brasileira despertou dividida na manhã de primeiro de abril de 1964”.

Em relação à Avenida Presidente Castelo Branco, o texto introdutório afirma que esse líder do movimento militar “Fechou o Congresso e reprimiu as manifestações contrárias às atitudes do governo com severidade, utilizando-se de cassações, prisões e torturas”, evidenciando, novamente, os crimes e arbitrariedades imputados a um homenageado em via pública. O link *Saiba mais 1* leva a uma página sobre o governo de Castello Branco no portal de educação do UOL. O segundo link, no momento de consulta dessa pesquisa, não estava funcionando (leva a uma página em branco).

Finalmente, a página dedicada ao Minhocão (Via Elevada Presidente Arthur da Costa e Silva, Figura 3) utiliza o texto introdutório para contextualizar a construção da elevada e demonstrar sua íntima ligação com a ditadura:

Em 1969, época da ditadura militar, o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, deu início à construção do elevado. Ele foi inaugurado em 24 de janeiro de 1971, com o nome do general-presidente que indicou Maluf à prefeitura. O governo de Costa e Silva se caracterizou pelo avanço do processo de institucionalização da ditadura, eliminando o que restava das liberdades políticas e democráticas. Costa e Silva assumiu a presidência da República e imediatamente foi intensificando a repressão policial-militar contra todos os movimentos, grupos e focos de oposição política.⁸

O link *Saiba Mais 1* direciona o leitor à página sobre o governo Costa e Silva no portal de educação do UOL. O link 2 está quebrado, mas indica como referência uma matéria no jornal *Estado de S. Paulo* de 1º de abril de 2013, noticiando a iniciativa do vereador Nabil Bpnduki (PT) para transformar o nome de referência popular da elevada em nome oficial (Minhocão). Em junho de 2016 essa alteração se confirmou na Câmara de Vereadores, mas com o projeto alterado: o nome oficial passou a ser Elevada Presidente João Goulart⁹.

⁸ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/j8nbrha>. Acesso em: 10 jun. 2016.

⁹ CÂMARA aprova mudança do nome do Minhocão para João Goulart. Disponível em: <http://tinyurl.com/hqv7x5t>. Acesso em: 10 jun. 2016.

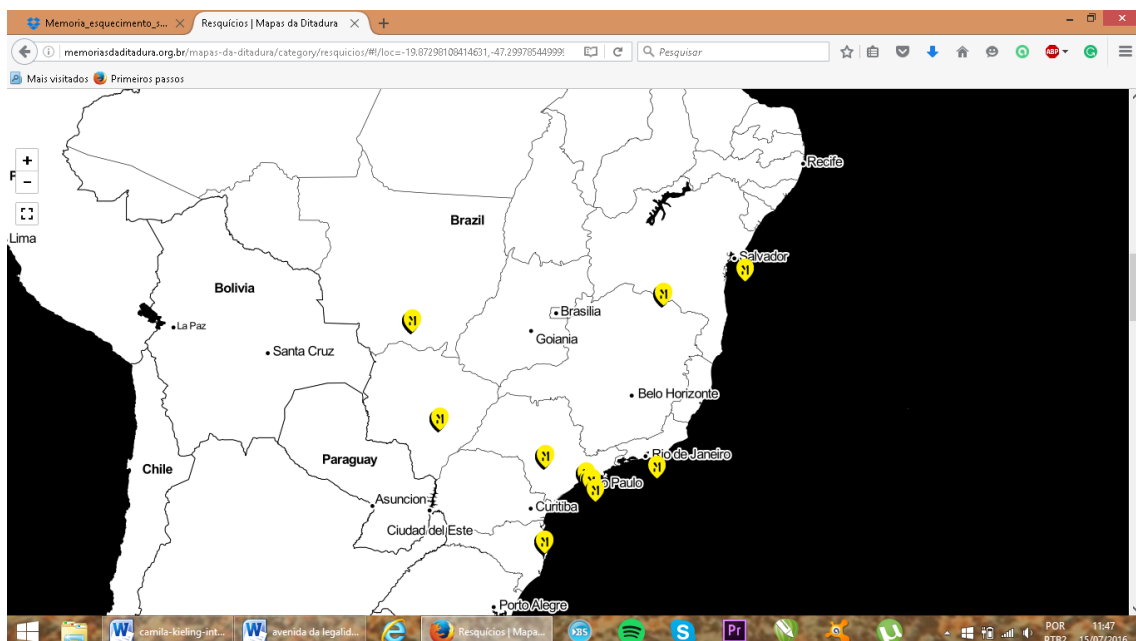


Figura 2: Resquícius da Ditadura.



Figura 3: Página com contextualização sobre o Minhocão (Via Elevada Presidente Arthur da Costa e Silva).

A seção *Marcos da História* realiza uma espécie de transição entre os *Resquícius* e as *Memórias*, ou entre os lugares e os personagens que não são os protagonistas tradicionais da história da ditadura civil-militar. Nela aparecem marcados apenas quatro lugares (consulta realizada no dia 10 de junho de 2016). Um deles parece estar categorizado erroneamente, porque indica uma avenida chamada Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em Curitiba (deveria constar entre os *Resquícius*). O segundo é

a sede do DOPS de São Paulo, indicando tanto o seu histórico de criação (durante o Estado Novo) e, atualmente, o Memorial da Resistência. Os três links que acompanham a página do DOPS dão ênfase à ressignificação desse espaço na atualidade, e levam à página do Memorial, a um artigo sobre o Deops no site do Arquivo Público de SP e a um documentário no YouTube sobre o Memorial. Outro local assinalado é Rua Conde de Baependi, no Bairro Catete, no Rio de Janeiro, onde o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi sequestrado em dezembro de 1970. O texto da página destaca a ação dos grupos de luta armada: “A ação organizada pela VPR foi a mais longa negociação da ditadura com as organizações clandestinas, que só terminaria em 13 de janeiro de 1971, quando 70 presos políticos embarcaram para o exílio no Chile. Da ação, participou Carlos Lamarca, na época um dos guerrilheiros mais procurados pelo regime”¹⁰. Esta página indica quatro links: dois deles para fotos (apenas as imagens, sem legendas explicativas), um quebrado e outro para a página da Wikipedia sobre a biografia do embaixador. O ponto marcado em Recife indica a Rua Dantas Barreto, local onde os estudantes Rocha Aguiar e Jonas José de Albuquerque “foram mortos quando participavam da manifestação de rua contra a deposição e prisão do governador Miguel Arraes. De acordo com as notícias veiculadas na imprensa, eles foram as primeiras vítimas fatais do regime militar naquele estado”¹¹. Aqui está inserido um vídeo inacessível (retirado devido à reivindicação de direitos autorais), um *link* quebrado para uma foto e um *link* para uma matéria publicada no site do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça que noticia a anistia concedida aos dois jovens, vítimas da ditadura.

Por fim, a seção *Memórias da Gente* reúne depoimentos em vídeo, áudio e por escrito, concentrando o maior número de locais apontados no mapa. Não sendo possível analisar neste artigo os depoimentos em sua totalidade, optamos por trabalhar com uma amostra que consideramos significativa: o depoimento da Sra. Creuza, apontado no mapa na região que corresponde à área de repressão à Guerrilha do Araguaia, no norte do estado do Tocantins. A página com o detalhamento traz apenas o vídeo e o mapa aproximado indica um ponto às margens da BR-153. Não são fornecidas outras informações (quem é a Sra. Creuza, qual sua idade, de que contexto está falando, etc.). Seu depoimento é emocionante. Pela fala, podemos depreender que ela é filha de

¹⁰ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/grx6nnk>. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹¹ Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/goosul4>. Acesso em: 10 jul. 2016.

camponeses daquela região e que tinha 12 anos quando presenciou e sofreu, junto com sua família e outros moradores da região, com a extrema violência dos militares que buscavam dizimar a guerrilha. O depoimento inicia com Creuza falando sobre a dificuldade de conviver com as memórias traumáticas: “a gente não esquece, quando a gente deita a cabeça no travesseiro, a gente já pensa nos que morreram, naquela tortura [...] eu já tinha 12 anos e aí eu lembro tudo aquelas coisas. Porque os pais fazem as coisas escondidas das crianças, mata uma galinha escondido para o filho não ver”. Creuza não teve sua infância poupada da crueldade das ditaduras. Em um tom que não indica ressentimento, ela pede simplesmente justiça: “eu quero que esse pessoal que torturaram meu pai, minha mãe, que fizeram maldade pra minha família e com a família dos outros que pague o preço [...] Foi sangue derramado aqui nesse lugar [...] a gente já passou muito dificuldade, muita fome, muita coisa ruim, doença, sem poder se proteger de nada, só Deus mesmo que tinha por a gente”¹².

Mapas da Ditadura e a memória em rede

Vemos que os *Mapas da Ditadura* buscam, através de um instrumento tecnológico específico, ensejar uma disputa no campo da memória hegemônica sobre o período da ditadura militar, especialmente através da articulação de espaços alternativos de memória política e territorialidade. Trata-se, em nosso entendimento, de uma nova concepção, contemporânea, *dos lugares de memória* (NORA, 1993), agora irremediavelmente moldados pela objetivação indicada por Lévy (2008) e pelo impacto social dos media (a “película efêmera da atualidade”, nas palavras de Nora).

Os *Mapas* articulam uma nova dinâmica de sedimentação do saber social, utilizando em seu favor as múltiplas potencialidades de armazenamento e combinação de dados através da comunicação em rede.

Em alguns casos, como nos *Resquícios* e *Marcos*, os apontamentos cartográficos fazem mais sentido, porque emergem de uma intervenção eminentemente territorial, conectada com a representação no mapa. Em nossa análise, os depoimentos *Memórias da Gente*, não se beneficiam da mesma forma desse sistema e não fica claro o porquê da organização desse material no formato cartográfico.

¹² Memórias da Ditadura. Disponível em: <http://tinyurl.com/hur9jkkp>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Pudemos perceber que, pelas características dos meios tecnológicos, a objetivação das informações é dinâmica e requer constante revisão: encontramos diversos links sem funcionalidade e conteúdos descontextualizados.

Para compor esse espaço de subversão cartográfica, vemos que os *Mapas* beneficiam-se das expressões de testemunho (*Memórias da Gente*), reforçando, assim, as indicações de Pollak (1989) e Wievioka (2006) sobre a influência contemporânea desse tipo de relato na construção de uma memória política que contribua para agendas de transição que tenham como prioridade a verdade e a justiça.

Referências

BRASIL. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV. 976p., 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (2014). Nota da CNV sobre os 50 anos do golpe de 1964. [30 de março de 2014]. Disponível em: < <http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/457-nota-da-cnv-sobre-os-50-anos-do-golpe-de-estado-de-1964.html>>. Acesso: 20 ago. 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Editora 34, 2008.

MATE, Reyes. A memória como antídoto à repetição da barbárie. [4 de maio de 2009]. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo, n. 291, 2009. Entrevista concedida a Márcia Junges. Disponível em: <http://goo.gl/d7Gy8b>. Acesso em: 5 dez. 2014.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mapas-da-ditadura/>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MOREIRA, José Carlos. Não há tema mais atual do que a memória. [31 de março, 2014]. São Leopoldo: *IHU On-line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 439. 31 mar. 2014. Entrevista concedida a Ricardo Machado e Luciano Gallas. Disponível em: <<http://goo.gl/tSzxZJ>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

NORA, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n. 10.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 119-126.

WIEVIORKA, A. The witness in history. *Poetics Today*. v. 27 n.2, 2006.